

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO UNI-RIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS CCH  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO EE  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Formação de professores e o DV no ensino regular

Gleice M G Costa Viola

Rio de Janeiro- R.J  
Setembro-1998.

Universidade do Rio de Janeiro    UNI-RIO  
Centro de Ciências Humanas        CCH  
Escola de Educação                  EE  
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
Curso de Pós-Graduação em Educação Especial

## Formação de professores e o DV no ensino regular

Por: Gleice M G Costa Viola

Monografia exigida como  
requisito básico para a conclusão  
do curso de Especialização em  
Educação Especial.

Prof. Orientadora: Liana Rubi Teresa de O`Campo

## **Bem- Vindo à Holanda ( 1987 por Emily Knisley )**

Frequentemente sou solicitada a descrever a experiência de dar à luz uma criança com deficiência- uma tentativa de ajudar pessoas que não têm com quem compartilhar essa experiência única a entendê-la e imaginar como é vivenciá-la.

Ter um bebê é como planejar uma fabulosa viagem de férias- para a ITÁLIA! Você compra montes de guias e faz planos maravilhosos! O Coliseu. O Davi de Michelangelo. As gôndolas em Veneza. Você pode até aprender algumas frases simples em Italiano. É tudo muito excitante.

Após meses de antecipação, finalmente chega o grande dia! Você arruma suas malas e embarca. Algumas horas depois você aterrissa. O comissário de bordo chega e diz:-“ BEM- VINDO À HOLANDA!”

“Holanda!?” diz você” o que quer dizer com Holanda!?!? Eu escolhi a ITÁLIA! Eu devia Ter chegado à Itália. Toda a minha vida eu sonhei em conhecer a Itália.

Mas houve uma mudança de voô. Eles aterrissaram na Holanda e é lá que você deve ficar.

A coisa mais importante é que eles não te levaram a um lugar horrível, desagradável, cheio de pestilência, fome e doença. É apenas um lugar diferente.

Logo, você deve sair e comprar novos guias. Deve aprender uma nova linguagem. E você irá encontrar todo um novo grupo de pessoas que nunca encontrou antes.

É apenas um lugar diferente. É mais baixo e menos ensolarado que a Itália. Mas, após alguns minutos, você pode respirar fundo e olhar ao redor...e começar a notar que a Holanda tem moinhos de vento, tulupas e até Rembrants e Van Goghs.

Mas, todos que você conhece estão ocupados inde e vindo da Itália...e estão sempre comentando sobre o tempo maravilhoso que passaram lá. E por toda a sua vida, você dirá: “Sim, lá era onde eu deveria estar. Era tudo o que eu havia planejado.”

E a dor que isso causa nunca, nunca, nunca irá embora... porque a perda desse sonho é uma perda extremamente significativa.

Porém...se você passar a sua vida toda remoendo o fato de não haver chegado a Itália, nunca estará livre para apreciar as coisas belas e muito especiais...sobre a Holanda.

Ao Angelo, pessoa especial na minha vida,  
e aos meus filhos, também especiais Bruno e Gabriel  
que me acompanharam e me ajudaram nas muitas horas  
em que me afastei deles.

## Agradecimentos Especiais

À professora Liana Rubi Teresa de O`Campo pela paciência, dedicação e carinho que teve comigo no desenvolvimento deste trabalho e a quem devo muito do que sei hoje sobre Educação Especial.

Às professoras do departamento de educação.

Às amigas Jurema e Paula ao me ajudarem nos momentos mais difíceis

Aos meus pais e familiares pela força de todos os dias

Aos meus colegas da pós- graduação por muitas horas de convivência enriquecedoras.

## Resumo

O presente estudo reflete sobre a formação de professores a nível do ensino básico no Estado do Rio de Janeiro, visando a importância de se incluir o portador de necessidades educativas especiais especificamente o educando com deficiente visual na rede regular de ensino a partir das diretrizes propostas pelo MEC nas Leis de Diretrizes e bases.

Este trabalho é uma pesquisa teórico prática de cunho qualitativo baseado em revisão de literatura de alguns autores que abordam o tema formação de professores. Em seguida efetuamos uma pesquisa de campo coletando dados em escolas de formação de professores a nível de 2º grau e na secretaria de Educação Especial com o propósito de analisar como este profissional está sendo educado nas escolas públicas, particulares da cidade do Rio de Janeiro e como estão atendendo aos alunos "ditos normais", portadores de necessidades especiais com especificidade os cegos e os de visão Subnormal.

Durante as entrevistas realizadas percebemos que o professor ainda não possui respaldo teórico suficiente para trabalhar com os educandos com necessidades especiais. Por isso, **devemos lutar para que não tenhamos somente a implementação de disciplinas ligadas a Educação Especial no curso de formação de professores mas sim** uma discussão e reflexão por parte do corpo docente para alcançarmos e entendermos verdadeiramente a inclusão de todos os indivíduos na sociedade.

# Sumário

Introdução

1. Educação Especial

2. O professor na Inclusão

3. O deficiente visual e sua educação

3.1 O DV no ensino regular

4. A formação de professor no Rio de Janeiro

Conclusão

Referências Bibliográficas

Anexos

1. Roteiro de entrevistas

2. As grades curriculares nos colégios no R.J

## Introdução

Durante o decorrer da pós-graduação em Educação Especial na UNI-RIO observamos a partir de debates e seminários, os problemas no sistema educativo em relação a formação de professores a nível de 1ª à 4ª série. É extremamente importante que esse educador tenha o conhecimento do seu papel político e possa refletir sobre o cotidiano de sala de aula com uma visão mais crítica e interdisciplinar.

Sendo o professor elemento fundamental no processo ensino aprendizagem, faz-se necessário que a formação deste profissional tenha um embasamento teórico-prático pertinente a realidade em que irá atuar.

No presente, esse profissional deverá ter uma formação mais completa e ampla já que deve atender a proposta da Educação Inclusiva e as Leis das Diretrizes e bases (LDB 9394/96 ) vigente.

A Educação Inclusiva é necessária, pois é o processo de vir-a-ser numa transformação, onde a educação se priorizada, poderá assumir o seu verdadeiro papel na construção de uma sociedade mais democrática. É importante caminharmos, irmos além e avaliarmos a situação de forma construtiva, estamos em final de milênio, de mudanças rápidas que provocam perdas de valores.

A educação especial não pode ser vista apenas como um problema de políticas públicas, é um processo lento que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos. Segundo Carvalho (1997 ) se



continuarmos conjecturando política de governo, permaneceremos estagnados.

Neste momento de transformação nos questionamos sobre as possibilidades e formas de atingirmos e atuarmos para a conquista, na nossa realidade educativa, da inclusão e a integração social, onde as pessoas com deficiência sejam aceitas não só por direito mas como pessoas com capacidade de participar na sociedade.

Sendo a escola um espaço social de formação, de aprendizagem, de trocas e interações, o professor é um dos responsáveis por esse processo quando realmente estiver comprometido com as mudanças.

Segundo Sasaki ( 1997), a inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na educação geral, vem sendo implementada no Brasil há pouco tempo. A inclusão não permite a diversificação pela segregação. O objetivo é buscar soluções sem segregar os alunos em atendimentos especializados ou modalidades especiais de ensino. Pretende-se uma especialização de ensino para todos. A inclusão exige , para isto, uma escola nova, equipada e transformada, que defenda a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficit e necessidade. Quando refletimos sobre esses aspectos nos perguntamos: Será que o professor está preparado para receber os alunos portadores de necessidades educativas especiais para uma prática inclusiva?

Precisamos conhecer melhor as propostas inclusivistas para a escola vivenciar uma prática inclusiva. Cláudia Werneck ( 1997 ), nos aponta que:

A escola inclusiva faz críticas ao modo parcial pelo qual o sistema de cascatas propõe de alunos com necessidades educativas especiais. Questiona tanto a educação especial quanto a regular, tal como se apresentam atualmente. E justifica: só existe uma educação, por isso não cabe dividir o ensino em modalidades....É a permanente educação do ser humano. A inclusão não exclui ninguém do infinito significado do conceito de educar. Daí uma educação para todos. A educação inclusiva nasceu e vem se fortalecendo dentro de um ensino regular sedento pela melhoria da qualidade da escolarização no mundo.... uma educação com qualidade teria como consequência a presença de todos os tipos de criança dentro de uma escola regular.

Para que isto se realize a inclusão deve ser trabalhada desde a infância, iniciando no seio familiar tendo continuidade no processo escolar com livros infantis, revistas em quadrinhos brincadeiras que não tratem somente sobre as diversas deficiências mas das singularidades/ particularidades distinções de todo o universo humano.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o grau de importância atribuída no curso de formação de professores no ensino básico do Estado do Rio de Janeiro , à educação das pessoas com necessidades especiais e mais especificamente aos portadores de deficiência visual.

Para alcançarmos esses objetivos realizamos uma pesquisa teórico-prático de cunho qualitativo, utilizando apoio bibliográfico de alguns autores que abordam o tema formação de professores. Em seguida efetuamos uma pesquisa de campo coletando dados em escolas de formação de professores a nível de 2º grau ( ensino médio ) a fim de analisamos como este profissional está sendo

instrumentalizado nas escolas públicas e particulares no Município do Rio de Janeiro, para atender aos alunos com deficiência e o modo como estes profissionais discutem, trabalham as propostas e diretrizes do MEC.

Esta monografia consiste em quatro capítulos. Na primeira parte descreveremos sobre a necessidade de uma reflexão nos conteúdos sobre a Educação Especial na formação do professor de ensino básico. A seguir apresentaremos o papel do professor numa prática inclusiva. Na terceira parte trataremos da deficiência visual, a educação do cego e do portador de visão subnormal no ensino regular. Na quarta parte analisaremos a formação do professor na cidade do Rio de Janeiro através das informações coletadas em cursos de magistérios, em três escolas, duas públicas e uma particular e a partir de documentos da secretaria de Educação Especial do Estado do Rio de Janeiro.

## 1\_\_ Educação Especial

A educação especial como todo processo educativo tem por finalidade a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Trata-se de um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, abrangendo os diferentes níveis e graus do sistema de ensino, considerada hoje, parte integrante do sistema regular de ensino. Desde a educação básica, não é mais seu apêndice. No enfoque administrativo, a educação especial, também, deve integrar-se ao sistema educacional vigente. (MEC 1994).

A educação especial, obedece aos mesmos princípios da educação geral, deve iniciar-se no momento em que se identificam atrasos ou alterações no desenvolvimento global da criança, continuando ao longo de sua vida, valorizando suas potencialidades e lhe oferecendo todos os meios para desenvolvê-las ao máximo; utilizando metodologias especiais, alternativas de atendimento diferenciado, recursos humanos especializados. Portanto, necessitamos, de fundamentos que norteiam suas orientações específicas acerca dos portadores de necessidades educativas especiais, com vistas a proporcionar-lhes condições que favoreçam sua integração na sociedade. ( MEC 1994 ).

Essas propostas correspondem ao atendimento oferecido nas escolas e instituições especializadas cabendo a Educação Especial propiciar oportunidades que garantam o acesso, a permanência na escola regular dos alunos com necessidades educativas especiais, bem como a sua terminalidade acadêmica, seguindo os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade. A inclusão das pessoas diferentes, precisa de uma ação pedagógica norteada por princípios específicos.

Esses princípios ( Werneck 1997 e Sasaki 1997 ), são:

**Normalização** surgiu na década de 50 oriundo dos países da Escandinávia (Suécia, Noruega, Islândia e Dinamarca), chegando ao Brasil, mais precisamente, nos anos 70. Aprendemos com este princípio filosófico, que as pessoas portadoras de deficiência devem participar das mesmas oportunidades sociais, educacionais e profissionais que as demais, respeitando, portanto, as diferenças individuais de cada um e situando-as na corrente da vida.

Contudo, o conceito de Normalização confundiu-se com o significado usual da ( normalidade ), deixando dúvidas e concepções errôneas como o desejo de tornar o deficiente, normal. Carvalho ( 1997) destaca, como este conceito continua gerando os mesmos conflitos ainda hoje. Segundo Mantoan (1997 p 120).

Normalização visa tornar acessível as pessoas socialmente desvalorizadas em condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou Sociedade.

A partir das discussões sobre a Normalização surgiram as idéias, os ideais de Integração e Inclusão e atualmente , estamos vivendo a fase de transição entre ambas.

**Integração**, é um princípio dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua inserção nos grupos sociais, ou seja propiciando oportunidades aos portadores de necessidades educativas especiais de conviverem, em contato com seus não pares. Tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade. Para Sasaki, (Inclusão 1997 ), isto ocorre:

desde que os portadores de necessidades especiais estejam de alguma forma capacitados a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existente.

A Integração justifica-se como princípio na medida em que se refere aos seguintes valores democráticos .

- Igualdade; viver em sociedade tendo direitos iguais, privilégios e deveres, como todos os indivíduos.
- Participação ativa; requisito indispensável à verdadeira interação social.
- Respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos.

E ainda devemos considerar que:

A idéia de Integração implica necessariamente em reciprocidade. Isto significa que vai muito além da inserção do portador de necessidades especiais em qualquer grupo. A inserção limita-se à simples introdução física, ao passo que a integração envolve a aceitação daquele que se insere ( MEC 1994 )

Porém já a **Individualização**, é um processo com o objetivo de valorizar as diferenças individuais existentes tanto entre os portadores de necessidades especiais e os normais, ou entre os portadores de necessidades especiais, quando comparando entre seus pares.

A individualização, em decorrência, pressupõe a adequação do atendimento educacional a cada portador de necessidades educativas especiais, valorizando, respeitando seu ritmo nas em suas características pessoais. ( MEC 1995 )

Na década de setenta com a introdução da individualização no ensino, no processo ensino-aprendizagem, iniciou-se um novo movimento no campo da educação; respeitar e valorizar as diferenças individuais existentes entre as pessoas de uma maneira geral. Dessa forma, a Normalização, Individualização e a Integração são princípios que fundamentam o ensino .

O Processo de inserção na escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro encontram-se respaldados nos seguintes documentos.

- Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).
- Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988).
- Convenção sobre os direitos da Criança ( 1989).
- Declaração de Salamanca (1994).
- Política Nacional de Educação Especial (1994).
- Plano Decenal de Educação para todos (1994).
- Leis de Diretrizes e Bases da Educação (1996)

Em conformidade com a moderna terminologia da inclusão destacamos que os conceitos integração e inclusão são interpretadas com sentidos distintos.

Com isso percebemos que a inclusão abre caminhos para todos e a integração atua realizando um trabalho de participação, no qual são oferecidas oportunidades para participarem do processo escolar no entanto, tendo que se adaptarem as especificidades desta escola

Atualmente o paradigma da inclusão propõe uma escola de melhor qualidade para todos. Esse princípio não se refere somente a inserção do deficiente numa escola ou turma regular mas proporciona oportunidade de interação e integração com seus colegas, com seus professores, diretores e funcionários. Enfim as pessoa com necessidades especiais possuem as mesmas oportunidades de exercício de cidadania que tem qualquer outro cidadão.



## 2\_\_ O professor na inclusão

Anteriormente ao descrevermos sobre o processo de educação especial, percebemos que a trajetória histórica sobre a formação de professores, nos mostra atitudes céticas em relação a importância da capacitação deste profissional, pois ocorre um esvaziamento, falta de competência técnica, de uma prática apropriada e significativa. Segundo Pedro Demo(1997), transformarmos o papel do professor na sociedade é uma tarefa difícil e complexa. Porque em termos de qualidade formal, é notório que este profissional de educação básica como regra, resente-se de uma formação adequada, seja na escola normal, nos cursos de pedagogia, no que se refere à competência técnica pôr não existir um sistema de atualização crítico e emancipatório constantemente.

Quanto a qualidade política, este fato é grave, pois a educação básica é instrumentação fundamental para a cidadania. Com isso, o professor não poderia ser agente deste processo, sem ser, ele mesmo cidadão. Sendo sujeito histórico-social o educador necessita de uma valorização profissional, principalmente, em termos de encarecimento, remuneração e organização sindical.

Já que o discurso da abnegação de missão tornou-se estéril, apesar de muitos anos a mensagem norteadora do curso de formação de professores era "faça como eu faço". (Behrens, 1996).

De alguma forma, esta capacitação possui ainda um caráter retrógrado, nos quais os futuros educadores sentem-se, totalmente,

preparados, "prontos e acabados" para enfrentar o cotidiano da sala de aula, esquecendo que o conhecimento é inacabado e precisarão de atualização constante, para solucionar os desafios no cotidiano escolar. (Demo, 1997; Moreira et alli, 1995).

Educar não significa cumprir horários na sala de aula, tarefas ou memorizar conteúdos, mais sim, dar vida, ativar um processo que fará o educando um ser crítico, livre e com responsabilidade para assumir o próprio conceito de democracia.

A profissão do magistério propõe um novo compromisso político do professor, necessitando, entretanto, uma mediação entre a competência técnica e o sentido político da prática pedagógica, ultrapassando a polarização entre o técnico e o político, a teoria e a prática, o saber e o fazer, pois estas dicotomias se encontram interligadas, logo não podem ser vistas como opostas ou polarizadas.

Outro fator relevante a ser discutido, é a forma como o professor desempenha sua função em sala de aula. Frequentemente, na maior parte do tempo este profissional trabalha individualmente e isoladamente. Ao caminharmos desta forma, encontramos dificuldades em desenvolver um trabalho coletivo e participativo. (Moreira 1997 et alli, Demo 1997)

Além da centralização burocrática, da falta de diálogo e da fragmentação do trabalho afetarem e agravarem ainda mais as discussões, acerca do trabalho docente; assim rompimentos reducionistas e lineares, apresentam-se como um difícil entrave nos cursos de formação de professores. Transpor este paradigma de repetição e produção é um processo de construção do conhecimento produzido pôr uma relação dialógica. Sendo assim as certezas absolutas darão

lugar à procura de questionamentos, investigações e principalmente da pesquisa. (Nóvoa,1992).

Segundo Mazzotta ( 1993).

O programa de professores deve incluir amplo fundo de educação profissional comum e especializado.

Ao desejarmos uma educação de qualidade , nos deparamos com os problemas dos programas nos cursos de formação de professores. Estas ementas dificilmente estimulam os educadores a levarem à sério o papel de intelectual, que trabalha em busca de uma visão emancipatória do homem. Desta forma, a grande dificuldade, advém da falta de uma teoria social adequada, que possa propiciar a base para se repensar a natureza política do trabalho do professor e o papel dos programas de formação de forma crítica. ( Moreira et alli, 1995).

Além das dificuldades estruturais e políticas encontradas na sua formação, este profissional não se encontra apto ou não sabe trabalhar a partir da heterogeneidade, das diferenças de seus alunos. Travando-se em barreiras e em práticas homogêneas e ultrapassadas, dificultando, assim, cada vez mais a relação com os educandos de uma forma geral e sobretudo com os alunos portadores de necessidades educativas especiais. Mazzotta ( 1996 )

Sendo assim, há um contra-senso pensarmos em inclusão quando na verdade o próprio educador não sabe trabalhar e aceitar outras possibilidades e diferenças.

Carvalho ( 1997).

Em relação aos educadores, foi ressaltado a necessidade de reflexão acerca de sua formação e de sua desinformação no que diz respeito às necessidades educativas especiais de seus alunos. Cabe-lhes, ainda contribuir para a qualidade da formação dos futuros profissionais de qualquer área, pois se graduam sem se aprofundarem na temática das necessidades especiais e, conseqüentemente, na banalização dos problemas enfrentados pelos deficientes.

Com isso, enfatizamos, a importância do educador em se atualizar constantemente para Ter contato com as diversidades e pluralidades do mundo infantil. No Brasil, em relação aos outros países, a preocupação de trabalhar com crianças com necessidades educativas especiais em escola regular é muito recente.

No que tange, à formação de professores, é importante que os futuros educadores tenham a concepção, o acesso a uma amplitude de conhecimentos políticos, culturais e sociais, ou seja os conteúdos devem ser desenvolvidos interdisciplinarmente, desenvolvendo assim uma visão mais aberta e menos restritiva possível em relação aos alunos, permitindo que sejam atendidos no processo escolar, visando uma educação de qualidade, numa prática inclusiva.

Logo ressaltamos recomendação apresentada na Declaração de Salamanca (1994) na qual consta a necessidade de preparação dos professores.

Preparação apropriada de todos os Educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

Nas escolas práticas de treinamentos de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.

Na legislação brasileira, a lei das Diretrizes e Bases ( LDB 9394/96 ) no capítulo de Educação Especial " modalidade de educação escolar, deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais." Quanto à formação de professores, a recomendação da portaria nº 1793/94 do MEC, assinada pelo ministro Murilo de Avelar Hingel, recomenda a inclusão da disciplina e de conteúdos de Educação Especial nos currículos dos cursos de licenciaturas<sup>1</sup>.

Estes atos favorecem o processo de formação profissional para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais e conseqüentemente integração deles na rede regular de ensino.

Destacando o papel do professor como mediador entre as crianças com necessidades educativas especiais e as ditas normais, e trabalhando com as diferenças possibilitaremos um desenvolvimento ético de todas as crianças e vislumbrando um futuro melhor.

---

<sup>1</sup>Licenciatura habilitam a ministrar disciplinas na 5ª a 8ª série do ensino fundamental.

Teremos assim, um país mais consciente, onde os diferentes não serão tão estigmatizados e sim respeitados como cidadãos. É de suma importância, a discussão ampla sobre às várias vertentes educacionais e inclusive sobre a educação especial na formação de professores.

---

Precisamos refletir, discutir e pesquisar sobre a formação de professores. É fundamental que estes profissionais tenham uma formação básica consistente que se alcança através da educação e não de um preparo circunstancial.

No fim de século, como Garcia (1998) alerta, princípio de um novo milênio e presenciamos a desvalorização do trabalho docente, principalmente no ensino fundamental e na educação especial, concretizada nos baixos salários em relação ao mercado de trabalho e as condições gerais de vida.

Com isso é necessário existir um compromisso governamental, um interesse social, ampliando a informação e abolindo os preconceitos.

A inclusão só romperá barreiras do discurso acadêmico, ao assumir seu papel na realidade sócio-educacional, somente quando toda a sociedade, e não apenas pais, professores, médicos e profissionais, lute pela causa e esteja atenta aos problemas das pessoas com necessidades educativas especiais, a seus anseios, a suas dúvidas, a seus desejos, poder-se á eliminar definitivamente a exclusão, e conquistar a inclusão.

### 3\_\_ Deficiência Visual e sua educação.

Definindo cegueira e visão subnormal encontramos em:

Elcie F Salzano Masini ( 1994),que: os deficientes visuais são divididos em dois grupos: cegos e portadores de visão subnormal. Tradicionalmente a classificação tem sido realizada à partir da acuidade visual: sendo cego aquele que dispõe de 20/200 de visão no melhor olho, após correção; e portador de visão subnormal se dispõe de 20/70 de visão nas mesmas condições. Essa delimitação da acuidade visual vem mostrando, para fins educacionais ser pouco apropriada, tendo preferência, aquela referente a eficiência visual.

Segundo Bruno (1997), os portadores de cegueira são os que apresentam ausência total de visão até a perda da projeção de luz. Para eles, o processo de aprendizagem ocorrerá através da integração dos sentidos: tátil, cinestésico, auditivo, olfativo e gustativo, utilizam o sistema braille como comunicação, de leitura e escrita, no processo ensino-aprendizagem. Já que, não usam a visão para obter a maioria dos conhecimentos, mesmo que a percepção de luz os auxilie na orientação e mobilidade.

Os indivíduos de visão subnormal apresentam acuidade visual, desde a capacidade de indicar a projeção de luz até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho. O processo de ensino aprendizagem desenvolverá por meios visuais mas é necessário utilizarmos recursos específicos.

A definição mais recente referente ao portador de visão subnormal foi

A definição mais recente referente ao portador de visão subnormal foi instituída no último encontro de profissionais especialistas em visão subnormal em Bangkok ( Tailândia 1994 ), patrocinado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Conselho Internacional para Educação do Deficiente Visual ( ICEVH) segundo ela:

Uma pessoa com baixa visão é aquela que possui um comprometimento do seu funcionamento visual mesmo após tratamento e/ou correção de erros refracionais comuns e apresenta uma acuidade visual inferior 6/18 até percepção de luz ou um campo visual inferior a 10 graus do seu ponto de fixação, mas que utiliza ou é potencialmente capaz de utilizar a visão para o planejamento e execução de uma tarefa.

Os portadores de visão subnormal são indivíduos que não são cegos, pois enxergam alguma coisa, têm uma visão remanescente. Tendo um pouco de visão não fazem parte da comunidade cega nem tampouco pertencem ao padrão da normalidade dos videntes, razão pela qual, tem dificuldades de perceber o mundo à sua volta, ocupando um lugar entre o deficiente e o não deficiente, sendo maiores as suas dificuldades de participação na sociedade.

A identificação da criança cega é mais fácil de ser observada do que a de visão subnormal, muitas vezes estando dentro de casa ou mesmo na escola a sua dificuldade nem é percebida nem pela família, nem pelo professor. Inicialmente devemos basear-nos na observação do comportamento apresentado pela criança, podendo ser feita pelos pais e/ou professor.



Winebrenner (1952InBrasil/MEC1994), os sintomas mais comuns da deficiência visual são:

- 1- irritação crônica dos olhos, indicada por olhos lacrimejantes, pálpebras avermelhadas,inchadas ou remelosas.
- 2- Náuseas, dupla visão ou névoas durante ou após a leitura.
- 3- Queixas de enevoamento visual e tentativas de afastar com as mãos os impedimentos visuais.
- 4- Pestanejamento contínuo, sobretudo durante a leitura.
- 5- Hábito de esfregar os olhos, franzir ou contrair o rosto ao olhar objetos distantes.
- 6- Inquietação, irritabilidade ou nervosismo excessivo depois de um prolongado e atento trabalho visual.
- 7- Inclinação da cabeça para um lado durante a leitura.
- 8- Cautela excessiva no andar, correr e tropeçar sem razão aparente.
- 9- Desatenção anormal durante trabalhos no quadro-de-giz mapas de parede, etc.
- 10-Capacidade de leitura por apenas um período curto.
- 11-Hábitos de, durante a leitura, segurar o livro muito perto, muito distante, em outras posições incomum, ou ainda, fechar ou tampar um olho.

O professor poderá, ainda ,utilizar-se do teste de Snellen<sup>2</sup> para se

---

<sup>2</sup> O teste de snellen consiste que a criança visualize e leia palavras,cores objetos para detectamos o grau de ~~perda~~ visual.

assegurar da necessidade do aluno ser encaminhado a um oftalmologista para diagnóstico. Convém frisar que, quanto mais cedo for feito o diagnóstico, mais facilmente serão minimizados ou evitadas as consequências da deficiência visual no desenvolvimento emocional, intelectual e social da criança. ( Brasil/ MEC 994 )

A preocupação com a criança portadora de deficiência visual não pode ser apenas com seu desempenho visual, mas com o seu desenvolvimento integral como pessoa e ser social

A aprendizagem para a criança cega, é igual a das outras crianças é um acontecimento diário. Porém, desde a sua infância deve ter o conhecimento da sua deficiência, pois assim será mais fácil ela se identificar como pessoa e membro de um grupo. É fundamental a participação dos pais para que essa criança não se sinta inferior às outras e entenda que é capaz de realizar a maior parte das atividades que as outras crianças videntes fazem, só de maneira diferente com adaptações específicas. São os pais, os principais responsáveis pelo oferecimento de muitas experiências de aprendizagem, que irão estimular na criança cega o desejo de observar e manusear a multidimensionalidade.

Entre as experiências que devem ser oferecidas a exploração tátil, é de suma importância, no processo de aprendizagem da criança cega. Explorar pelo tato significa examinar, cuidadosamente e investigar minuciosamente, as características de um objeto e sua função. Este processo tátil desenvolve-se de modo inverso ao da percepção visual. Com a visão percebemos primeiro o todo para depois percebermos as partes, com o tato percebe-se primeiro as partes para depois formar o todo. A criança cega não possui o referencial visual, todas as

atividades de estimulação, de compreensão, de organização espaço-temporal deverão ser desenvolvidas utilizando-se o tato e a audição.

Como o tato, a audição é fundamental, pois é o fator essencial para o desenvolvimento da linguagem. A criança cega precisa ser ensinada a ouvir com atenção, para reconhecer sons e ligar o significado dos sons a objetos, acontecimentos e palavras.

Para a criança cega é muito importante aprender a  
conhecer através do tato e da experiência auditiva  
( Kirk e Gallegher 1987, p 200).

É importante o olfato e a gustação serem estimulados para que a criança cega, possa discriminar e identificar ambientes através dos odores que os caracterizam, aumentando o seu conhecimento sobre o mundo em que ela vive.

Outra necessidade do cego, refere-se à sua orientação e mobilidade. Sendo a locomoção uma grande dificuldade, pois pela falta da visão a criança cega não domina totalmente o espaço que a envolve. Desde cedo ela deve, aprender a utilizar todas as informações sensoriais fornecidas pelo seu ambiente, que permitirão a mesma perceber onde se encontra e como se locomover no ambiente.

É fundamental que a criança cega adquira o domínio do ambiente que a cerca, e desenvolva muito bem a parte sócio-afetiva, pois com a posse desse domínio, ela será mais aceita, pôr parte das crianças videntes e alcançará a integração social. A integração social desta criança, torna-se facilitada trabalhando suas habilidades para as atividades domésticas. É muito útil



A aprendizagem da matemática, para a criança cega, exige-se a utilização do sorobã, um equipamento especial que permite a realização de operações matemáticas em igualdade de condições com a criança vidente.

O educando, quando matriculado à escola, traz consigo uma bagagem de experiências que são importantes, tanto para sua integração no grupo escolar, como também no seu desempenho diante das novas situações de aprendizagem. Pôr isso, a atitude do professor para com a criança deficiente especificamente a visual é muito importante, pois ele exerce grande influência sobre esta criança, principalmente nos primeiros anos de vida escolar para encontrar alternativas eficazes ao atendimento das necessidades do seu educando. No início da escolaridade, a criança faz parte de um mundo novo, e a obrigação do professor é transmitir sentimentos de amor, compreensão e carinho.

Porém, geralmente, o professor recebe crianças que não atingiram as etapas de seu desenvolvimento sensório-motor. Nesses casos, é necessário o conhecimento de técnicas específicas para explorar os outros sentidos. Ao agirmos assim, o professor estará estimulando ao máximo as potencialidades da criança com deficiência visual, além da necessidade de atendermos as necessidades específicas, uma vez que a construção do conhecimento se desenvolve por outras vias sensoriais, como já foi mencionado anteriormente.

Por estas razões, o trabalho do professor não deve ser isolado dos demais especialistas na área de educação especial e, principalmente, do acompanhamento da família. Cabe a este profissional e a todos da área de Educação e Educação Especial ajudarem a família das crianças portadoras de

deficiência visual, porque muitas, não sabem como agir, e nem aceitam a deficiência. É necessário uma relação semiótica (Kelman, 1996) entre todos os envolvidos no processo de educação e reabilitação da criança portadora de deficiência visual, para que o erro do passado não aconteça com essas crianças portadoras de deficiência visual hoje. Anteriormente elas não tinham nenhum tipo de instrução, viviam abandonadas e segregadas da sociedade e de seus familiares.

No contexto sócio-econômico-cultural, a escola especial tem um lugar de destaque. Esta instituição tem como objetivo oferecer aos alunos cegos e de visão subnormal condições que lhes possibilitem ingressar nas escolas da rede regular de ensino, em igualdade de condições, na medida do possível, com os alunos videntes, visando, preparar os alunos portadores de deficiência visual para que sejam aceitos e integrados na sociedade.

A escola especial deve preocupar-se com o aluno na sua totalidade; não se limitando apenas a ensinar, a ler, a escrever a contar e sim desenvolver atividades de vida diária, orientação e mobilidade integrados à programação pedagógica de seus próprios alunos.

Podemos, citar como exemplo de escola especial, o Instituto Benjamin Constant, IBC, situado no Rio de Janeiro, com salas de recursos equipadas com materiais didáticos apropriados aos alunos, desenvolvendo as áreas: psicomotora (psicomotricidade e mobilidade) e cognitiva (educação sensorial e comunicação), possibilitando, assim, base aos alunos para compreenderem noções dadas em sala de aula.

Como já foi exposto anteriormente, a inclusão do portador de deficiência visual, na rede regular de ensino, é legitimada por Lei devendo partir da habilitação do professor, já que este é o elemento fundamental no processo ensino-aprendizagem. Faz-se necessário, que a formação desse profissional tenha um embasamento teórico-prático pertinente à realidade em que irá atuar. Por isso, é de suma importância que este profissional tenha o conhecimento sobre as necessidades específicas do aluno com deficiência visual, para recebê-lo e aceitá-lo em sala de aula e na escola como um todo.

### 3.1- O D.V no Ensino regular.

Numa sociedade regida pelo paradigma da homogeneidade, onde as pessoas tem a preocupação em não se desviarem nem minimamente do padrão vigente, a entrada de uma criança com deficiência visual, numa turma de videntes provoca um forte impacto. O preconceito e o estigma da deficiência são as primeiras dificuldades encontradas pelo aluno.

Erroneamente, ele poderá ser considerado pela turma como incapaz, apesar da sua deficiência ser apenas visual e freqüentemente devido ao constrangimento que as pessoas sentem por não saberem como proceder com o deficiente levam o ao isolamento.

As dificuldades serão maiores na alfabetização da criança cega numa classe do ensino regular, devido a ausência da materiais específicos em Braille. Já que é este o único sistema pelo qual este educando pode se apropriar da linguagem e da escrita.

Será possível alfabetizar este aluno se o professor não tem conhecimento de como tornar viável a aplicação desse método? A própria professora, no caso, do ensino regular, não tem conhecimentos suficientes de como agir, porque o curso de magistério não lhe propiciou nem a formação técnica nem a possibilidade de reconhecer este indivíduo socialmente. Além disso, geralmente nas classes regulares este profissional tem uma turma numerosa e precisa atender a todos seus alunos nas suas individualidades . Visto isso, o educador necessita de material e recursos didáticos apropriados tanto para o



cego como para os de visão subnormal, dentre eles livros, cadernos específicos com letras scripts.

Isto não é fácil, pois a escola na maioria das vezes não possui recursos suficiente nem para atender as crianças ditas 'normais'.

Além destas especialidades, o aluno com visão subnormal adota uma postura bem próxima do material que está manuseando. Enquanto a criança cega necessita impreterivelmente do tato para ter maior compreensão do conteúdo transmitido.

Mesmo que a educadora conheça o método Braille e a escola esteja adequadamente aparelhada, ela terá dificuldade de corresponder ao nível de atuação e exigência necessária a alfabetização de uma criança cega. Pois, a criança cega e a de visão subnormal necessitam de maior atenção, não só pelo aspecto técnico da utilização do método Braille e de letras Scripts mas devido ao medo e a ansiedade que elas apresentam; além do desconforto que nós atribuímos, diante do vazio de não enxergar ao redor.

Outro obstáculo é o deslocamento desta criança cega na escola, no recreio, onde as crianças correm, pulam à vontade, isto representa para o cego um perigo constante, pois por falta de recursos financeiros ou por não saberem retirar o obstáculo, a escola geralmente não dispõe de elemento que facilite sua locomoção.

No entanto, apesar de desejarmos uma educação igualitária, participativa, como destacamos anteriormente, este profissional possui ainda uma classe regular em torno de 25/30 até 35 alunos. Então, como poderemos alfabetizar os educandos cegos eficazmente? Para isto, o professor terá que saber

trabalhar com todas essas adversidades em seu cotidiano na sala de aula, e alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.



#### 4- A formação do professor no Rio de Janeiro.

Sendo o objetivo deste trabalho , saber o grau de importância atribuída a Educação Especial na formação de professores , no Estado do Rio de Janeiro, após uma breve conceitualização da Educação Especial. Seguida de uma revisão de literatura de alguns autores que abordam o tema sobre a formação de professores , refletimos sobre o problema e a importância do professor que em atender as crianças portadoras de deficiência visual.

Para conhecermos a atual formação de professores, foi realizada uma pesquisa de campo, em três escolas, duas públicas e uma particular na cidade do Rio de Janeiro, afim de estudar a grade curricular desses cursos de formação de professores nestas instituições de magistério. Este estudo foi acompanhado da pesquisa documentos na Secretaria de Educação do Estado buscando suas Diretrizes para a orientação curricular dos cursos de magistérios, onde somente foi possível obter uma grade curricular (anexo ).

Nossa análise esta pautada nas informações colhidas nas entrevistas que foram feitas informalmente nessas escolas identificadas como escolas A,BeC.

Entrevistamos um professor atuante e dois futuros educadores de cada escola, somando um total de nove entrevistas. Ao questiona-los, se na sua formação receberam algum conteúdos referente a Educação Especial, os professores em geral, responderam que não travaram contato com a Educação Especial, nem na sua formação do magistério nem tão pouco durante a graduação.

Constatamos, também, que no fluxograma das disciplinas dos currículos, há exclusão de conteúdos específicos na área da educação especial.

Advem daí a problemática do professor, não receber na sua formação subsídios para atender às crianças portadoras de necessidades educativas especiais, não possuindo condições para trabalhar com estas.

Observamos que as informações, e o enfoque dado nos programas da grade curricular, em psicologia, trata sobre a psicomotricidade, porém superficialmente.

Quando os futuros professores discutiam temas dificilmente debatiam sobre a deficiência em si: Entre os educadores entrevistados uma professora de Didática relatou que.

Ficava apavorada quando recebia crianças com problemas na sala de aula, pois nunca tive respaldo teórico suficiente para trabalhar com essa criança, com isso procurava usar o bom senso em meu cotidiano.

Podemos constatar com este depoimento, que os professores necessitam de mais conhecimento referente à Educação Especial e as suas diversidades. Werneck ( 1997 ), aponta que todos os profissionais envolvidos com a deficiência necessitam de respaldo teórico - prático para efetivarem uma educação inclusiva.

No entanto, na realidade percebemos o oposto o que se apresenta é um profissional despreparado, amedrontado e sem planejamento curricular das adaptações específicas para atender à todos os alunos em suas necessidades particulares.

Esses profissionais ao receberem um educando com necessidades educativas especiais, geralmente não sabem como atuar com estes alunos além do preconceito que possuem.

Ao receberem crianças com deficiência visual vindas do IBC, os professores não conseguem atender a especificidade desse aluno, apesar destes já saberem ler, escrever em Braille, e locomoverem-se muito bem.

Além, desse profissional, que está atuando no curso de formação de professores, trabalhar com classes numerosas, aproximadamente de 40 a 45 alunos dependendo do colégio, torna-se ainda, mais complicado quando é uma aula voltada para transcrição de conhecimentos sem nenhuma utilização de recursos materiais manuseáveis pelos cegos para melhor compreenderem a matéria . A fala de uma professora evidencia isto, quando diz:

Eu sei que preciso Ter mais paciência ,mas às vezes o tempo é curto . Eu já pedi ajuda para o Estado mas eles não me retomaram. Eu quero fazer um bom trabalho mas não sei nem por onde começar. Tenho o caso de uma menina cega especificamente que está dando muito trabalho ( nessa escola), ela é muito hostil, comunica-se pouco, não faz todos os trabalhos pedidos, briga com alguns professores.

Neste caso, o professor possui o desejo de transformar e realizar um trabalho sério, competente mas encontra barreiras administrativas, preconceituosas e até afetivas para situar-se perante esta realidade; já que não é oferecido a este profissional uma atualização para melhor trabalhar, atender e atingir maiores transformações na escola e até socialmente. ( Behrens 1996 ).

É fundamental que ofereçamos respaldo teórico-prático aos profissionais de educação para que quebrem as barreiras afetivas sociais e educacionais.

Sasaki (1997) mostra que o professor deverá sentar-se na frente da sala, repetir conceitos para o estudante gravar e ouvir em casa, usar dramatização, escrever no quadro em letras grandes, se o estudante lê Braille, usar livros em Braille e estimular os outros a aprender o Braille.

Para viabilizar o cotidiano de sala de aula do educando, os professores procuram ajudar dentro de suas possibilidades. No entanto, uma professora nos chamou a atenção, pois nos relatou que:

As provas de alguns alunos cegos são feitas na secretaria, muitas vezes para não atrapalhar o restante da turma. Uma funcionária da casa lê a prova e ela responde. Eu acho que é a melhor forma que posso fazer.

Como podemos perceber o cego é visto como inoportuno, atrapalhando o cotidiano das atividades escolares, além da falta de respeito de o colocarem separado e com um profissional que não está preparado para auxiliá-lo na leitura de provas. Na verdade, torna-se evidente o preconceito, estigma de como é tratado/recebido pela escola, sendo totalmente oposto a proposta da inclusão. Além de esquecerem que o cego é um cidadão com direitos, deveres e possui a garantia, o acesso a uma educação de qualidade.

Ao perguntarmos sobre a inclusão, a maioria dos professores não sabiam definir realmente este conceito. Havendo a necessidade de explicarmos anteriormente este processo. Após a explanação, a professora relatada acima /anteriormente disse que esta prática já é efetivada, porém a mesma

solicitou maiores definições sobre a cegueira, inclusão, além de alguns professores apresentarem sentimentos de pena, compaixão o que lhes distanciam ainda mais do seu compromisso educacional, não conseguindo expandir as outras potencialidades que estes educandos possuem apresentam.

Isto é grave, pois sendo este profissional um dos mais envolvidos diretamente com o educando cego, como poderá atuar de forma a atender as especificidades, necessidades deste, senão tem o mínimo respaldo sobre conceitos e assuntos a cerca das deficiências em geral?. O que denota cada vez mais inviável o processo inclusivo na escola e em outros setores sociais.

Ao indagarmos se gostariam de ter mais conhecimento e acesso ao tema da inclusão através de cursos e palestras oferecidos, os professores mostraram-se muitos solícitos em adquirir mais conhecimentos a respeito da inclusão, apesar da falta de tempo/ disponibilidade por trabalharem em mais de uma instituição. Alguns educadores gostariam de visitar instituições especiais para saberem como trabalhar com elas.

Logo, a escola precisa, organizar o horário do professor para que este disponha de tempo e possa estudar, dialogar, pesquisar e debater com os outros profissionais sobre a deficiência, inclusão e suas perspectivas.

## Conclusão

A partir da pesquisa de campo nas escolas A,BeC na cidade do Rio de Janeiro e do estudo teórico realizado sobre a formação do professor, percebemos a importância de um profissional consciente das diferenças instrumentalizado, e especializado, para exercer seu papel de educador com todos os educandos, suas adversidades e com o desejo de alcançar a inclusão que tanto esperamos.

A educação especial e a educação regular possuem o compromisso de proporcionarem aos educandos com necessidades educativas especiais ou não uma educação com qualidade, atendendo à todos em suas especificidades/singularidades de forma que desenvolva todas as potencialidades destes alunos criticamente, garantindo a inclusão não somente por direito ou leis/decretos mas como seres humanos participativos na sociedade.

Visto o que foi relatado anteriormente no corpo do trabalho, sobre o curso de formação de professores, esperamos que esses cursos propiciem consciência política, competência profissional e uma efetiva compreensão da realidade para os futuros educadores inseridos no Estado do Rio de Janeiro, busquem assim alternativas e soluções para os problemas do cotidiano escolar.

Diante da realização desta monografia sentimos a necessidade de um profissional que desenvolva um trabalho em grupo com outros profissionais envolvidos no processo de educação e reabilitação da criança portadora de necessidades especiais, ajudando a despertar nos pais o interesse, a valorização das atividades que estão sendo feitas com



seus filhos, pois no decorrer do processo ensino-aprendizagem, a influência exercida pela família é muito importante para a vida dessas crianças.

Este profissional da educação deve ser o mediador, estimulador com as crianças com necessidades especiais e as ditas normais, tendo como respaldo o princípio da pesquisa para desenvolver eficazmente um trabalho sério, explorando os outros sentidos, com ênfase no tato, na psicomotricidade através da educação física, da dança e exercícios afins, vislumbrando assim um futuro melhor.

Em relação a criança portadora de visão subnormal, é necessário, esclarecermos que estas não fazem parte do universo dos cegos nem tampouco dos videntes. É importante que o professor esteja atento para essas diversidades do seu cotidiano para não rotulá-lo e nem estigmatizá-lo como "problemático" perante a turma, mas sim como um educando diferente que possui potencialidades. Tanto a família como a escola devem observar o comportamento apresentado por esta criança para atender as suas necessidades básicas.

O educando cego deve Ter o conhecimento de sua deficiência desde a mais tenra idade para realizar atividades junto aos outros colegas videntes, no entanto a adaptando de acordo com a sua realidade.

Na integração a escola se propõe a ser mais criativa e versátil, já que todos são convidados para participarem mais ativamente do processo educacional mas não devemos esquecer como Goffmam ( 1982 ) diz que os deficientes surdos deficientes mentais, cegos e os de visão subnormal possuem a opção de conviverem entre os seus pares ou não. Perante isto, devemos lembrar que é um direito de todo e qualquer sujeito.

Contudo, almejamos alcançar uma etapa maior que é a inclusão Sasaki, 1997 ( In Mantoan, 1997) nos diz:

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

## Referências Bibliográficas

- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Trabalho Docente e Formação**  
São Paulo: EPU, 1993.
- GOFFMAM, Irving; Estigma. **Notas sobre a Manipulação da  
Identidade**, 4ª edição; RJ: Guanabara Koogan, 1988.
- GLAT, ROSANA. **A Integração Social dos Portadores de  
Deficiências**. RJ: Livraria Sette Letras Ltda. 1998.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa . **Currículos e Programas no  
Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1997-- Coleção Magistério: Formação e  
trabalho pedagógico.
- EDLER Carvalho, Rosita, **A Nova LDB e a Educação Especial**  
Rio de Janeiro : WVA, 1997.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão./ Construindo uma sociedade  
para todos** . Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **O desafio da inclusão à educação**. In Mantoan  
Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários à  
Prática Educativa**. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra 1997-- coleção Leitura.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou Estar, eis a questão:**  
explicando o Défice intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997c,
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA** e linha de ação sobre necessidades  
educativas especiais. Tradução por: Edilson Alkmim Cunha Brasília; Corde,  
1994.
- DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. RJ: Vozes , 1993.
- MOREIRA, Antonio Flávio e Silva, Tomaz Tadeu. **Currículo,  
Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação dos Professores e a  
Prática Pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BRASIL/MEC. **Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços  
de Educação Especial. Área de Deficiência Visual**. Brasília:  
MEC/SEESP, 1995.

BRASIL/MEC. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília. MEC/ SEESP, 1994.

BRASIL/MEC. **O Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Sistema Educacional Brasileiro.** Brasília: MEC/ SEESP, 1995

BRASIL/MEC. **Expansão e Melhoria da Educação Especial nos Municípios Brasileiros.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

NÓVOA, Antonio, **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência Visual; reflexão sobre prática pedagógica.** São Paulo; Laramara, 1997.

KIRK, Samuel e GALLELHER, James Jr. **Educação da Criança Excepcional,** São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1987.

COLL, César PALACIOS, Jesus MARCHESI, Alvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação. Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar.** Porto Alegre; Artes Médicas, 1995.

## ANEXOS

## ROTEIRO DAS ENTREVISTAS *eu*

- 1) Na sua formação você teve alguma prática, conhecimento referente a Educação Especial?
- 2) Como você se sente ao receber um educando com necessidades educativas especiais na sua sala de aula?
- 3) Que estratégia você utiliza para viabilizar o cotidiano da sala de aula do educando?
- 4) O que você entende por inclusão?
- 5) Você gostaria de ter mais conhecimento, acesso ao tema de inclusão através de palestras e cursos oferecidos? Por quê?

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
 COORDENADORIA GERAL PEDAGÓGICA  
 COORDENADORIA DE 2º GRAU/COFM

Anexo 01

Plano Curricular do Curso de Formação de Professores  
 (Parecer nº 89/94 do Conselho Estadual de Educação).

- Diurno-

D I S C I P L I N A S	SÉRIES		
	1ª	2ª	3ª
Língua Portuguesa/Conteúdo e Metodologia de Português..	4	4	4
Literatura/Conteúdo e Metodologia de Literatura.....	2	2	-
Matemática/Conteúdo e Metodologia de Matemática.....	6	4	4
Geografia.....	2	2	-
História.....	2	2	-
Conteúdo e Metodologia de Iniciação às Ciências Sociais	-	-	4
Biologia/Programas de Saúde.....	2	2	-
Física.....	2	-	-
Química.....	2	-	-
Conteúdo e Metodologia das Ciências.....	-	-	2
Língua Estrangeira.....	2	2	-
Educação Física/Conteúdo e Metodologia de Educação Física	2	2	2
Educação Artística/Conteúdo e Metodologia de Educação Artística.....	2	2	2
Fundamentos			
Filosofia.....	-	2	2
Psicologia.....	-	2	2
Sociologia.....	-	1	2
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau.....	-	-	2
Didática.....	2	3	4
* Ensino Religioso.....	-	1	-
/ Estágio Supervisionado.....	2	6	6

Total.....1152 1332 1296

Total Geral.... 3780

Ano letivo previsto com 36 semanas

\* Facultativo para o aluno.

# ESCOLA A

Disciplinas	1ª. série	2ª. série	3ª. série
Lingua Portuguesa I / Cont. e Met.	160	80	80
Literatura I / Cont. e Met	80	80	80
Lingua Port /Lit. II - Cont e Metodologia	-	80	-
Matemática I / Cont e Met	160	160	80
Matemática II - Cont e Metodologia	-	80	-
Geografia I / Cont e Met	80	80	-
História I /Cont. e Met.	80	80	80
Geografia / História II - Cont. e Metodologia	-	-	80
Biologia I - Programa de Saúde	80	80	-
Biologia II - Cont e Metodologia	-	-	80
Física	80	-	-
Química	80	-	-
Lingua Estrangeira	80+*(80)	-	-
Filosofia	80	-	-
Ed. Física / Cont. e Met.	80	80	80
Ed. Artística ( Artes e Música ) / Cont. e Met.	80	80	80
Fundamentos Filosóficos	-	40	120
Fundamentos Psicológicos	-	80	80
Fundamentos Sociológicos	-	80	80
Estrutura e Func. do Ens de 1ª. Grau	-	-	80
Didática I - Geral	-	120	120
Didática II - Alfabetização	-	-	80
Estágio Supervisionado	-	360	320
Ensino Religioso	*(40)	*(40)	*(40)
TOTAIS	1120	1200	1200

\*(1) Facultativo para o aluno

\*(2) Em turno contrário

Nota: A disciplina Educação Artística ,na 1ª série do CFP ,aparece como enriquecimento de grade

Ano letivo previsto com 40 semanas.



# ESCOLA B

## Grade curricular- 1997.

Disciplinas	1 série	2 série	3 série	total
Língua Portuguesa	144	----	----	144
L. Portuguesa/ Cont. Metod. LP	----	144	144	288
Literatura	72	----	----	72
Lit/ Cont. Met Literatura	----	72	----	72
Matemática	108	----	----	108
Mat/ Cont Met. Mat	----	108	144	252
Geografia	72	72	----	144
História	72	72	----	144
Biologia	72	----	----	72
Física	72	----	----	72
Química	72	----	----	72
Proj. Saúde	----	72	----	72
Cont. Metod. Ciência Sociais	----	----	144	144
Cont Metod das ciências	----	----	144	144
Língua Estrangeira	72	72	----	144
Filosofia	72	----	----	72
Educação Física	72	----	----	72
E. Física/ Cont. Metod	----	72	72	144
E. Artística/ Cont.M. Ed. Art	----	72	72	144
Fund. Filosofia	----	----	72	72
Fund. Psicologia	----	36	72	108
Estru.Func Ensino ! grau	----	----	72	72
Didática	----	144	144	288
Estágio Supervisionado	----	252	252	504
<b>Total</b>	<b>900</b>	<b>1260</b>	<b>1404</b>	<b>3507</b>

# ESCOLA C

	COMPONENTES CURRICULARES	SERIES		
		1	2	3
FORMA GERAL	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3 <sup>v</sup>	3
	LITERATURA	2 <sup>H</sup>	-	- <sup>6</sup>
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	2	2	2
	MATEMÁTICA	4	4	4
	BIOLOGIA	3	-	-
	FÍSICA	3	-	-
	QUÍMICA	3	-	-
	HISTÓRIA	3	3	(1)
	GEOGRAFIA	2	-	(1)
	FILOSOFIA	2	-	-
	SOCIOLOGIA	-	2	-
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2	X	X
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	EDUCAÇÃO RELIGIOSA	1	X	X
	PROGRAMAS DE SAÚDE	X	X	X
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	
FORMAÇÃO ESPECIAL	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO (HIST. FIL. SOCIOLOGICOS)	2	2	2
	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	2	2	2
	FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	-	3	-
	ESTR. E FUNCION. DO ENSINO DO 1º GRAU E ORGANIZAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR	-	2	-
	LITERATURA INFANTIL	-	-	2
	TÉCNICA E ORG. DO TRABALHO INTELLECTUAL (TOTI)	2	-	-
	ESTATÍSTICA EDUCACIONAL	-	2	-
	MÉTODOS E TÉCNICAS DE ALFABETIZAÇÃO	-	-	2
	ARTES APLICADAS	-	-	2
	DIDÁTICA	2	2	-
	METODOLOGIA DO PRÉ-ESCOLAR	-	2	2
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	-	2	8
	<b>TOTAL</b>	<b>06</b>	<b>17</b>	<b>18</b>
<b>TOTAL SEMANAL</b>		<b>38</b>	<b>35</b>	<b>31</b>
<b>TOTAL ANUAL</b>		<b>1368</b>	<b>1260</b>	<b>1116</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3744</b>		

← Ana Licia 1  
Lônia 1

Josina ✓  
Regina ✓  
Lônia ✓  
Estela ✓  
Hermes ✓  
Hermes ✓  
Helena ✓  
Margarida ✓  
Bela ✓  
M<sup>a</sup> Alice ✓  
Margarida ✓  
Margarida ✓

Arto *Justalarias*

Maria Auxiliadora Borges Mather  
Escola Escolar - RJ Matrícula 1145

X = SEMPRE PRESENTE

1356  
Margarida Justalarias  
Escola Escolar III  
Matrícula 1145